

A VALE É NOSSA



PLEBISCITO POPULAR O BRASIL QUE NÓS QUEREMOS

“A Vale é nossa porque ela se identifica com a soberania nacional. Ela não pode ser privatizada, não pode ser vendida e nem negociada”.

Dom Demétrio Valentini, Bispo de Jales e da Comissão Episcopal Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz – CNBB

A história

O Brasil é uma das maiores potências do planeta. A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) é a maior produtora de minério de ferro do mundo, com jazidas suficientes para 400 anos. Em 1995, a Vale possuía 13 bilhões de toneladas de reservas de minério de ferro, embora tivessem sido declaradas na época da venda, 3 bilhões. Possui ainda duas ferrovias, nove portos, empresas de alumínio, papel e celulose espalhados em 140 cidades, 10 estados e 11 países. Líder na produção de ouro na América Latina, a Vale possuía antes de sua privatização, 15 mil funcionários e um faturamento de 6 bilhões de reais por ano.

Um leilão imoral

Apesar das inúmeras ações e processos questionando a venda da Vale e das muitas mobilizações sociais por todo o país, em 1997, o então presidente Fernando Henrique Cardoso realiza o mais fraudulento leilão de privatização da história recente do

Brasil. A Vale, com um patrimônio estimado em 92 bilhões de reais, foi entregue ao capital estrangeiro por apenas 3,3 bilhões de reais.

O edital do leilão nasceu da avaliação feita por um consórcio de empresas do qual participava o banco Bradesco. A Lei de Licitações proíbe que a empresa que participou da avaliação participe também da arrematação da empresa. Mas foi exatamente o que aconteceu. O Bradesco avaliou a Vale e hoje é um dos principais acionistas privado da empresa.

Justiça seja feita

A privatização da Vale ainda está sob julgamento. Existe um total de 107 ações populares, mandatos de segurança, ações civis públicas questionando o leilão da Vale. Para o advogado Eloá Cruz, quem compra mal corre o risco de pagar duas vezes. A Vale foi comprada em condições fraudulentas, num processo repleto de ilicitudes e os compradores sabiam dos riscos.

Quando a Justiça declara a nulidade de um ato, o faz desde sua origem. Portanto, todo o processo de venda da Vale pode ser anulado. Em dezembro de 2005, uma decisão judicial do Tribunal Superior de Brasília acatou uma ação judicial e reconheceu a nulidade da avaliação do valor da venda da Vale do Rio Doce, acendendo a esperança do povo brasileiro em conseguir anular o leilão.

O Plebiscito

A campanha pela nulidade do leilão da Vale está a todo vapor. É a grande luta dos diversos movimentos sociais, populares, sindicais, estudantis, pastorais sociais e outros setores da sociedade. Estamos realizando um amplo trabalho de formação nas bases sobre o papel da Vale no país e também outros temas que dizem respeito à soberania do nosso Brasil.

As perguntas para o Plebiscito Popular que acontecerá na Semana da Pátria quer discutir com a população o tipo de Brasil que queremos cons-

truir. Quer recuperar riquezas e direitos sociais perdidos, mas, também evitar que privatizações continuem acontecendo. Ou que direitos sociais continuem sendo sacados.

Queremos ainda que o processo de trabalho pedagógico em preparação do Plebiscito popular seja um instrumento politizador e aglutinador das lutas em busca de um novo projeto para o Brasil.

Participe, organize comitês, grupos de estudo e discussões. Prepare locais de votação nas igrejas, sindicatos, escolas, associações etc. A verdadeira democracia garante canais efetivos de participação popular. Temos o direito de expressar a opinião sobre a entrega das nossas riquezas.

“O povo precisa ser consultado se quer ou não que a Vale seja privatizada... O presidente da República precisa entender que o Plebiscito é uma reivindicação do povo...”

Senadora Benedita da Silva, em 1997, durante manifestação contra o leilão da CVRD.

A venda da Companhia Vale do Rio Doce pelo presidente FHC foi um verdadeiro roubo! *(João Pedro Stédile, da direção nacional do MST)*



PLEBISCITO POPULAR
De 1º a 7 de setembro de 2007

O que não Vale



Não VALE

Transferir para alguns o lucro que é patrimônio de todo o povo brasileiro.



Não VALE

O presidente da Vale ser um banqueiro egresso do banco Bradesco que moldou a Vale ao gosto deste banco.



Não VALE

Privatizar a Vale para pagar a dívida e a dívida ficar ainda maior.



Não VALE

O governo querer uma reforma da Previdência que retira direitos dos trabalhadores.



Não VALE

A energia elétrica custar oito vezes mais para o povo do que para as grandes empresas.

PORQUE A VENDA DA VALE NAO VALEU

Perguntas e respostas que você precisa saber sobre a Vale do Rio Doce

1. As empresas estatais são um atraso para o país?

Atrasado é o regime político e o sistema econômico que provoca o aprofundamento da separação entre ricos e pobres. (Fabio Konder Comparato).

2. O Estado tinha condições de gerir a Vale?

Sim. Foi sob a direção do Estado que esta empresa não só tornou-se a maior exportadora de ferro do mundo, como constituiu a maior frota graneleira do mundo. (idem)

3. A privatização da Vale gerou mais empregos?

Não. A Vale cresceu mas terceirizou boa parte das suas atividades que antigamente eram prestadas por funcionários da própria empresa. Essa terceirização gera um outro tipo de emprego: mais precário, com frequentes problemas trabalhistas. (Ubiratan Cazetta, procurador do Ministério Público Federal no Pará)

4. As privatizações ajudaram a pagar a dívida do país?

A justificativa era privatizar a Vale para pagar a dívida. Hoje, a dívida interna brasileira ultrapassa 1 trilhão de reais e a dívida externa mais de 200 bilhões de dólares. Em 2006, cerca de 36,7% do orçamento público foi destinado ao pagamento dos juros e amortizações destas dívidas. A dívida aumentou e os problemas sociais também. (Maria Lucia Fatorelli, ex-presidente da Unafisco e da Campanha Auditoria Cidadã da Dívida).

5. É possível retomar o controle da Companhia Vale do Rio Doce?

Sim, é possível. Outros povos já o fizeram, como é o caso da Bolívia. A rebelião popular em Cochabamba não só devolveu a água ao povo como também provou que a pressão popular é capaz de bloquear a aplicação de um programa neoliberal. (João Pedro Stédile, da direção nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST).

Deu na Folha de São Paulo

A Folha de São Paulo publicou em maio de 2007, pesquisa do Instituto GPP revelando que:

50,3% dos brasileiros são favoráveis a retomada da Companhia Vale do Rio Doce pelo Estado.

28,2 são contrários.

21,5% não souberam responder.

Um dado importante é que na região norte, mais de 60% dos brasileiros querem a Vale de volta.

Algumas orientações para o processo de votação no Plebiscito

De 1º a 9 de setembro recolheremos os votos do Plebiscito. Você também pode organizar um local de votação. Veja algumas dicas.

1. Sobre a organização do local de votação

a) Em cada local público de votação deverá ter uma identificação com faixas ou cartazes que orientem o votante.

b) As urnas poderão ser instaladas em escolas, salas de aulas, universidades, centros acadêmicos, sedes de associações e sindicatos, igrejas, salões paroquiais, portas de fábricas e locais de trabalho. Também em logradouros públicos, calçadas, pontos de ônibus, metrô, trens, portas de cinemas, locais de diversão, numa garagem. Enfim, é só preparar o ambiente.

2. Sobre a urna

a) As urnas serão colocadas no maior número possível de lugares de ampla circulação da população, como sindicatos, igrejas, escolas, universidades, locais de trabalho, pontos de ônibus, metrô, trens, praças, etc.

b) As urnas funcionarão nos horários de circulação das pessoas, durante os dias programados (1º a 9 de setembro de 2007). A equipe organizadora pode estabelecer de acordo com a realidade local.

3. Sobre a cédula

a) A cédula terá a seguinte característica:

- Constarão as quatro perguntas. O votante assinalará apenas com um X ou deixará de assinalar a pergunta que desejar anular ou não responder;

- O modelo de cédula será confeccionado em âmbito nacional, e cada estado ou região deverá reproduzi-lo, respeitando as características nacionais.

4. Sobre o eleitor

a) Podem votar todas as pessoas a partir de 16 anos.

b) Para votar a pessoa precisa informar o nome e apresentar algum documento (RG, Carteira Profissional, CPF), que será anotado numa folha de controle de presença. O número de votos deve coincidir com o de votantes listados.

c) Menores de 16 anos que desejarem manifestar a sua opinião votando no Plebiscito poderão fazê-lo, desde que seus votos sejam contabilizados em urna e lista de presença a parte. Portanto, é fundamental que os mesários estejam preparados para essa eventualidade.

5. Sobre os prazos para a apuração dos votos

a) A apuração dos votos nos municípios deverá ser finalizada, impreterivelmente, até o dia 12 de setembro.

b) O envio dos dados do município para o estado deverá ser até o dia 15 de setembro.

c) O envio dos dados do estado para a centralização nacional deverá ser feito até o dia 17 de setembro.

d) A finalização da apuração nacional deverá acontecer até o dia 20 de setembro.

6. Sobre a apresentação dos resultados

a) A Comissão Nacional Coordenadora organizará a forma de anúncio à opinião pública dos resultados do Plebiscito.

7. Documentos

Os documentos que deverão ser encaminhados para a Nacional são: planilha de apuração, lista de votantes e a cédula de votação.

O que Vale

VALE

Uma Vale que respeite a natureza e não comprometa o equilíbrio ambiental. Que respeite a soberania do país sobre o subsolo brasileiro.



VALE

Uma Vale que coloque as riquezas do Brasil a serviço de um projeto de desenvolvimento nacional: soberano, sustentável e equitativo.



VALE

Defender e apoiar os povos indígenas que tiveram suas terras invadidas pela Vale (mais de 12.500 índios atingidos).



VALE

Pensar um novo modelo de gestão das empresas estatais com uma política que integre a classe trabalhadora tanto na gestão como na apropriação dos seus resultados.

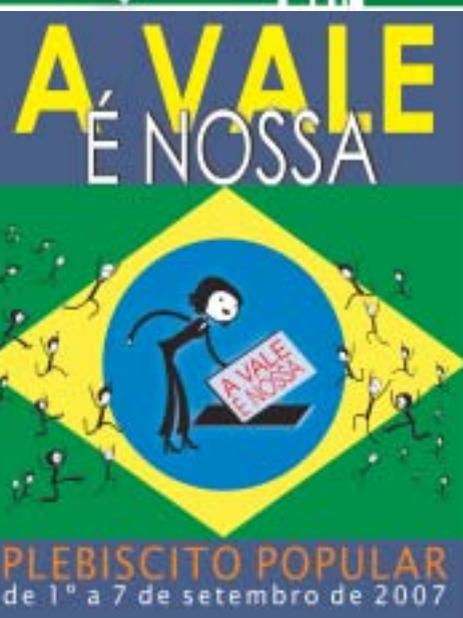


VALE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva reconhecer nossa luta e retomar a Vale, que é um patrimônio do povo brasileiro.



PLEBISCITO POPULAR



PERGUNTAS DO PLEBISCITO POPULAR

As perguntas do Plebiscito deverão abordar temas que contribuam para um processo de reflexão, discussão e construção de um novo projeto para o Brasil.

PERGUNTA 1

Em 1997, a Companhia Vale do Rio Doce - patrimônio construído pelo povo brasileiro - foi fraudulentamente privatizada, ação que o governo e o poder judiciário podem anular. A Vale deve continuar nas mãos do capital privado?

Com esta pergunta queremos abrir um espaço para que a população brasileira possa manifestar-se acerca da entrega deste estratégico patrimônio da nação brasileira ao capital privado. O próprio presidente Lula, no segundo turno das eleições passadas, disse que "foi um erro a privatização da Vale. Então vamos cobrar que ele encaminhe as medidas necessárias para a anulação deste leilão.

PERGUNTA 2

O governo deve continuar priorizando o pagamento dos juros da dívida externa e interna, em vez de investir na melhoria das condições de vida e trabalho do povo brasileiro?

Não podemos continuar aceitando a política de privatizações no nosso país. Elas acontecem sempre com a desculpa de sanar as dívidas públicas. Mas todo sacrifício social que vem sendo praticado para se atingir a meta de superávit primário não foi suficiente para impedir o crescimento da dívida interna federal. Em outubro de 2006, esta dívida já estava em R\$ 1,150 trilhão. Em valores absolutos, em apenas 10 meses esta dívida cresceu R\$ 147 bilhões de janeiro a outubro/06, valor equivalente a cinco vezes todo o gasto com saúde até 21/11/2006. Ou seja: para os banqueiros tudo! Para o social, migalhas!

No que se refere à dívida externa, ela cresceu fortemente apesar da política de pagamentos antecipados. Era de US\$ 183 bilhões em setembro/06, cresceu 7,6% apenas em outubro (US\$ 197 bilhões), devido principalmente ao empréstimo externo de US\$ 13,7 bilhões tomado pela Vale do Rio Doce para comprar a empresa canadense Inco.

PERGUNTA 3

3. Você concorda que a energia elétrica continue sendo explorada pelo capital privado, com o povo pagando até 8 vezes mais que as grandes empresas?

É impossível que a população continue pagando até 8 vezes a mais de energia elétrica do que as grandes empresas. As tarifas no Brasil, são diferenciadas entre os consumidores residenciais e industriais. Para as grandes indústrias há subsídios por parte do governo federal. A Cia Vale do Rio Doce é um exemplo de empresa que paga muito pouco pela energia que usa.

Precisamos alertar a sociedade da forma irresponsável que o governo vem conduzindo o setor elétrico, deixando de pesquisar, planejar e investir na produção de energia. Além disso, entregou à iniciativa privada este setor vital para o desenvolvimento do país.

PERGUNTA 4

Você concorda com uma reforma da previdência que retire direitos dos trabalhadores/as?

Querem retirar direitos trabalhistas e previdenciários! O discurso dominante descreve uma situação de falência e de incapacidade futura da Previdência pública. O déficit Previdenciário, no entanto, não existe. Déficit, na linguagem técnica, é uma despesa sem fonte de financiamento tributário. E este não é o caso na Previdência básica, pois ela conta com os tributos da seguridade social (CPMF, COFINS, dentre outros) constitucionalmente vinculados para suprir aquelas despesas com os segurados mais pobres, cujas contribuições não sejam suficientes para pagar todos os seus respectivos benefícios. É a isto que a grande mídia chama de déficit. Até o presente, os tributos do Orçamento da Seguridade Social têm sido suficientes para sustentar os subsistemas básicos da Previdência, Saúde, Assistência e Seguro Desemprego, sem produzir nenhum déficit. Ao contrário, sobram recursos, sugados pela DRU para o "superávit primário", que irão pagar juros da Dívida Interna (entre 15 e 30 bilhões por ano, nos últimos 5 anos!).

Participe do Plebiscito Popular.

Publicação da Assembléia Popular - Mutirão por um novo Brasil. Faça contato com o Campanha Nacional pela Vale do Rio Doce
Rua da Abolição, 227 - 2ª andar - São Paulo - e-mail avaleenossa@yahoo.com.br - tel.: (11) 3105-9702. jul/07